



Educação & Sociedade

ISSN: 0101-7330

revista@cedes.unicamp.br

Centro de Estudos Educação e Sociedade
Brasil

Karp, Stan

Desafiar a reforma escolar empresarial... E dez sinais esperançosos de resistência

Educação & Sociedade, vol. 33, núm. 119, abril-junio, 2012, pp. 431-454

Centro de Estudos Educação e Sociedade

Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87323122017>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DESAFIAR A REFORMA ESCOLAR EMPRESARIAL... E DEZ SINAIS ESPERANÇOSOS DE RESISTÊNCIA*

STAN KARP**

RESUMO: O ensaio resume as principais características que constituem a política dos reformadores empresariais na educação americana, seus vínculos com o grande negócio e mostra as principais consequências já visíveis destas políticas. Complementarmente, elenca dez formas de reações que estão se desenvolvendo para combater estas propostas e que partem dos pais, estudantes, professores, eleitores, sindicatos organizados, acadêmicos entre outros.

Palavras-chave: Reformadores empresariais. Educação americana. Movimentos sociais. Política pública.

CHALLENGING CORPORATE SCHOOL REFORM...AND TEN HOPEFUL SIGNS OF RESISTANCE

ABSTRACT: This essay summarizes the American education entrepreneur reformers most important characteristics, their bonds to big business and it also shows this policy's main visible consequences. Moreover, the essay lists ten types of reactions from parents, students, teachers, voters, organized unions, scholars and others that are being developed to fight these proposals.

Key words: Entrepreneur reformers. American education. Social movements. Public policy.

DEFIER LA REFORME SCOLAIRE ENTREPRENARIALE... ET DIX SIGNAUX PORTEURS D'ESPOIR DE RESISTANCE

RÉSUMÉ: L'essai résume les principales caractéristiques qui constituent la politique des réformateurs entrepreneuriaux dans l'éducation américaine, ses liens avec le grand négoce et montre les principales conséquences déjà visibles de ces politiques. Complémentairement, l'article liste dix formes de réactions qui sont en train de se développer pour combattre ces propositions

* Este texto é uma transcrição revisada de uma palestra proferida na *Northwest Teaching for Social Justice Conference* (Conferência do Noroeste sobre Ensino para Justiça Social), em Seattle (Washington, EUA), em outubro de 2011.

Tradução de Alain François, revisada por Carolina Violante Peres.

** Stan Karp é atualmente diretor do Projeto de Reforma do Ensino Médio do *Education Law Center*, no estado de Nova Jersey (EUA). E-mail: stan.karp@gmail.com

et qui partent des parents, des étudiants, des professeurs, des électeurs, des syndicats organisés, universitaires entre autres.

Mots-clés: Réformateurs entrepreneuriaux. Education américaine. Mouvements sociaux. Politique publique.

Aproximadamente um ano atrás, convidaram-me em Portland para falar sobre quem estava fustigando os professores e as escolas públicas na sequência do lançamento do documentário de propaganda em favor das *charter schools*:¹ *Waiting for Superman* (“À espera do super-homem”), há mais de um ano. De fato, desde então, foi um inferno para muitos professores. Os ataques contra as escolas públicas e quem nelas trabalha ou conta com elas se estenderam de modo torpe e, às vezes, perigoso.

Entretanto, também tem sido um ano de oposição, de resistência heróica e de construção de movimentos. Com efeito, existem rachaduras no movimento de reforma empresarial que, recentemente, se traduziram no colapso da coalizão que apoiava a NCLB (Lei federal *No Child Left Behind* – “Nenhuma criança deixada para trás”) (cf. Johnson, 2011), e sinais de resistência estão surgindo por toda parte.

Logo, hoje, quero examinar mais de perto o movimento da reforma empresarial para as escolas, porque penso que pode ajudar a expor onde é vulnerável ao desenvolvimento mais esperançoso do ano passado, a saber, o crescimento contínuo de um repúdio firme, amplo e, às vezes, muito militante.

Nem todos concordam que “reforma empresarial para as escolas”, termo que escolhi, seja o rótulo correto para o conjunto de propostas oriundas de fundações privadas como as de Gates, Broad e Walton, e dos seus parceiros abastados dos círculos das elites empresariais, midiáticas e políticas. Há quem prefira “reforma de mercado” ou “reforma neoliberal” ou, ainda, “de-forma”, em vez de “re-forma” (ver, p. ex., Sirota, 2011; Saltman, 2011).

Eles, por sua vez, gostam de se chamar apenas de “reformadores” e dizem se opor ao “*status quo*”. E não resta dúvida de que a panelinha das empresas/fundações conseguiu se apoderar do rótulo de “reformadores da educação” nas mídias. Quem apoia os testes, as *charter schools*, o pagamento por mérito, a eliminação da estabilidade e do tempo de serviço e o controle das políticas escolares por gerentes empresariais só pode ser um “reformador”. Quem apoia um aumento dos financiamentos para as escolas, as negociações coletivas e o controle das políticas escolares por educadores só pode ser um “defensor do *status quo*”.

Isto em nada lembra a realidade nem a substância das questões em debate. Como disse a mãe militante de Seattle, Sue Peters:

A panelinha dos atuais reformadores da educação gosta de taxar qualquer um de nós que discorde da sua agenda de “defensor do *status quo*”. Nada pode estar mais longe da verdade. Não defendo o *status quo* na educação pública porque o *status quo*, atualmente, é um sistema assediado e subfinanciado [que] foi saqueado por políticas nocivas... empurradas por aqueles que querem privatizar nossas escolas públicas. (Peters, 2011)

Também passei muito tempo da minha vida adulta criticando as instituições e políticas de educação pública equivocadas, como professor, militante da educação e defensor de políticas corretas. Desde a sua criação, 25 anos atrás, a revista *Rethinking Schools* (Repensar as Escolas) vem insistindo na necessidade de reformas radicais da educação pública. Mas como, hoje em dia, o debate sobre políticas educacionais está fortemente politizado e polarizado, é mesmo mais importante ser específico quanto a que políticas nos opomos e por que, e quanto às alternativas necessárias para enfrentar os problemas muito reais das nossas escolas.

A reforma empresarial das escolas consiste num conjunto de propostas políticas que, atualmente, norteiam as políticas educacionais em nível dos estados e da União:

- aumento das avaliações baseadas em testes para alunos, professores e escolas;
- eliminação ou enfraquecimento do direito à estabilidade e dos direitos por tempo de serviço;
- fim dos financiamentos para obter experiência ou diplomas avançados;
- fechamento das escolas cujo desempenho é considerado baixo e substituição por *charter schools*, com financiamento público, mas gestão privada;
- substituição da governança por conselhos locais de educação com várias formas de controle pelos estados ou pelas municipalidades, ou ainda gestão particular;
- cheque-ensino (*school voucher*) e crédito nos impostos (*tax credit*) para poder pagar as mensalidades de escolas particulares;
- aumento do número de alunos por classe, geralmente acompanhado pela demissão de 5 a 10 por cento do corpo docente;
- implementação de normas de *Common Core* (tronco comum) e adoção da “preparação para a universidade ou a vida profissional” como padrão de formação do ensino médio.

Estas propostas são atualmente apoiadas por pilhas de relatórios de fundações, grupos de reflexão (*think tanks*) bem financiados, uma proliferação de grupos políticos que se autodenominam populares e a legislação enlatada do *American*

Legislative Exchange Council (Conselho Americano de Intercâmbio Legislativo), de direita (cf. Underwood & Mead, 2012; Barkan, 2011).

Todas essas estratégias usam o regime de testes, que é o principal motor da reforma empresarial, para estender a padronização estreita de currículos e práticas de sala de aula roteirizadas, que cresceram sob a NCLB, escavar mais fundo ainda o tecido escolar, transformar a profissão docente e criar um pessoal profissional menos experimentado, menos seguro, menos estável e menos caro. Enquanto a NCLB recorreu aos resultados nos testes para impor sanções contra as escolas e, às vezes, os alunos (p. ex., repetência, retenção de diploma), estas estão cada vez mais visando os professores (p. ex., avaliação baseada em testes, pagamento por mérito).

Além de mudar a maneira como as escolas e as salas de aula funcionam no cotidiano, os objetivos maiores da reforma empresarial refletem-se nos ataques contra as negociações coletivas e os sindicatos de professores, e na permanente crise do financiamento das escolas país afora. Essas políticas solapam a educação pública e facilitam a sua substituição por um sistema baseado no mercado, que faria para a escolaridade o que fez para a saúde, o alojamento, e o emprego: produzir lucros fabulosos e criar oportunidades para uns poucos e resultados e acesso desiguais para os outros muitos.

Foi chocante ver isso ocorrer no meu estado natal, Nova Jersey, onde fui professor do ensino médio por trinta anos, antes de ir trabalhar para o *Education Law Center* (ELC – Centro de Direito Educacional), um dos maiores e mais bem-sucedidos projetos de assistência legal para a equidade de financiamento.² Desde que deixei as salas de aula, cinco anos atrás, trabalhei com questões de reformas que surgiram de um caso histórico na equidade no financiamento, chamado Abbott.

Para quem não conhece, cabe notar brevemente que, durante dez anos, grosso modo entre 1998 e 2008, as decisões Abbott,³ no estado de Nova Jersey, produziram os mais altos níveis de financiamento do país para distritos urbanos pobres. Uns trinta distritos, com mais de 350 mil alunos ao todo, receberam verbas por aluno em paridade com os distritos mais ricos, num estado que estava no topo ou quase, em termos de gastos com as escolas. Também receberam financiamento extra para oferecer programas suplementares, inclusive período integral, pré-escola de alta qualidade para crianças de 3 a 4 anos, classes com tamanho reduzido, mais dias e anos letivos, programas concentrados de alfabetização precoce, um programa multibilionário de construção de escolas e um conjunto de medidas de apoio à saúde e aos serviços sociais sem precedente (Education Law Center, s/d). Os distritos Abbott foram o único lugar que conheço onde esse tipo de suporte abrangente, hoje em dia universalmente louvado na *Harlem Children Zone* de Geoffrey Canada, que recebe dois terços dos seus financiamentos de fontes privadas, foi exigido para todos os

alunos com altas necessidades e sustentado, pelo menos por um tempo, com verbas públicas (Otterman, 2010).

Esse financiamento ajudou a fundar as bases para um progresso que foi mencionado por Linda Darling-Hammond, num capítulo do seu último livro, *The flat world and education* (O mundo plano e a educação), onde descreve o sistema da educação pública do estado de Nova Jersey assim:⁴

- ficou entre os 5 melhores estados em todas as séries e matérias testadas pelo *National Assessment of Educational Progress* (Naep – Avaliação Nacional do Progresso Educacional);
- foi um dos poucos estados que reduziu expressivamente as diferenças de desempenho segundo os resultados nos testes;
- Viu seus alunos afro-americanos e hispânicos terem resultados melhores que os estudantes médios da Califórnia;
- teve a taxa geral de graduação mais alta do país;
- teve a melhor taxa de formandos hispânicos e a segunda melhor de alunos afro-americanos no ensino médio;
- e conseguiu isto num estado com sindicatos de professores fortes e onde 45% da população das escolas públicas eram alunos de cor.

Entretanto, quase nada disso serviu para conter o ataque feroz da reforma empresarial contra os professores e a educação pública, nesses dois últimos anos. Alimentado pelo sistema de responsabilização baseado em testes e punições da NCLB, o discurso dominante se centrou nos fracassos da escola pública e na necessidade de reduzir o poder dos educadores sobre as políticas escolares para aumentar o dos gerentes empresariais e das burocracias políticas. O ataque foi liderado pelo governador Chris Christie, um protegido do assessor político republicano Karl Rove e, a seguir, por Chris Cerf, ex-CEO da empresa privada de gestão escolar Edison Schools e pelo vice-superintendente, na cidade de Nova Iorque, do governo de Joel Klein, e, hoje em dia, pelo comissário de Educação de Christie (Rispoli, 2012; State of New Jersey, s/d).

A campanha da reforma empresarial em Nova Jersey chegou, às vezes, a alcançar níveis esquisitos, de circo midiático. Envolveu todo mundo, desde a famosíssima apresentadora de TV Oprah Winfrey, até o bilionário do *Facebook*, Marck Zuckerberg, passando pelo prefeito de Newark, Cory Booker, e o elenco inteiro do filme *Waiting for Superman*. Apelou para o leque inteiro de más ideias, das *charters* privatizadas até a intervenção maciça de fundações privadas que não prestam contas a ninguém quanto aos projetos e à implementação de políticas públicas educacionais,

passando pelos cheques-ensino, o pagamento por mérito baseado em testes e os ataques contra os direitos de negociação dos sindicatos (Karp, 2010).

Duas coisas ficaram dolorosamente claras durante esse ataque generalizado contra a educação pública:

1. A profunda desigualdade de raça e classe continua sendo o tendão de Aquiles da educação pública. Nova Jersey tem um registro de equidade acima do da maioria dos outros estados, mas as divisões de raça e classe continuam cruéis e apavorantes. Suas escolas estão entre as mais segregadas da nação. As melhores taxas de formandos negros/latinos do ensino médio no país ainda estão 20 a 30 pontos abaixo das dos brancos. Uma década de progresso Abbott não bastou para apagar as enormes diferenças de desempenho e oportunidade criadas por décadas de escolaridade separada e desigual e, na vida dos jovens de cor, a via direta da escola para a prisão continua sendo uma realidade muito mais presente do que a da retórica essencialmente vazia da universidade para todos. Essa desigualdade é a porta por onde o vírus da reforma empresarial entrou e pôde atacar todo o sistema (Sciarra, 2011; Diplomas Count, 2011).
2. Esse ataque contra o sistema de educação pública do estado de Nova Jersey foi incalculavelmente fortalecido e legitimado pela administração Obama/Duncan. Em abril passado, o secretário de Educação Duncan veio para Nova Jersey. Havia se passado mais ou menos dois anos desde que o sonho de alguns de nós de ver Linda Darling-Hammond assumir o cargo fora por água abaixo, depois de uma eleição que muitos de “nós” acreditavam desesperadamente “ter” vencido. Duncan veio no mesmo dia em que a Corte Suprema de Nova Jersey ouvia a representação da ELC contra os cortes de 1,6 bilhões de dólares nos recursos destinados às escolas do governador Christie. Embora tenha ido a Newark para falar da reforma da educação, não disse uma única palavra sequer a respeito desses cortes, que eram tão drásticos que a Corte Suprema do estado acabou ordenando que fossem reduzidos em 500 dólares para as escolas urbanas. Antes, Duncan encenou uma sessão de fotos com Christie e o abraçou como um “parceiro” nos seus esforços para reformar a educação. Em resposta, Christie disse: “O secretário Duncan e eu compartilhamos muitos pontos de vista e interesses na agenda da reforma escolar. O que ele e o presidente estão fazendo possibilita o tipo de reformas que estão acontecendo em Nova Jersey, que estão acontecendo em outros estados” (Hester, 2011).

Vimos esse padrão se repetir estado após estado. Como muitos de nós aqui hoje, apoiei Obama, em 2008, num desejo desesperado de vê-lo pôr termo à era de

guerra, ódio, mentira e ganância que floresceu sob o mando de George Bush e dos republicanos. Contudo, qualquer um que tenha acompanhado o desenvolvimento da NCLB e da reforma empresarial das escolas sabe que sempre foi um projeto bipartidário e que o fato do governo Obama tê-lo apoiado foi um dos principais fatores para a sua ascensão. Também facilitou muito os esforços dos gerentes de *hedge funds* (fundos de cobertura), das fundações privadas e dos bilionários que estão impelindo esse movimento de reforma para vincular a agenda de derrubamento dos sindicatos, de privatização e de responsabilização baseada em testes às necessidades das comunidades pobres que foram pouco atendidas pelo atual sistema (cf. Barkan, 2011a, 2011b).

Neste ano, em vez do filme de propaganda em favor das *charter schools*, *Waiting for Superman*, temos o livro de Steven Brill, *Class warfare* (Guerra de classes), que está para os relatórios sobre políticas educacionais o que *Waiting for Superman* foi para os documentários: uma descrição bem feita, mas profundamente ideológica e imprecisa dos problemas que a educação pública enfrenta. Como o filme de Davis Guggenheim, o livro de Brill vale mais pelo que nos revela a respeito das metas e da mitologia do movimento de reforma empresarial do que pelo que diz das nossas escolas ou dos nossos professores. Entretanto, é um bom barômetro para saber onde esse movimento se encontra e para onde pode estar indo (Brill, 2011).

O livro lança um olhar otimista sobre a maneira como um círculo restrito de autoproclamados reformadores da educação, ricos e bem relacionados, que, em sua maioria, nunca frequentaram uma escola pública ou deu aula, encenou um golpe virtual, tomou o controle das políticas educacionais federais e as fez descarrilarem.

Brill mostra claramente que Barack Obama participou desse esforço logo no começo. Um dos principais veículos para fazer avançar a agenda da reforma empresarial foram os *Democrats for Education Reform* (DFER – Democratas a Favor da Reforma da Educação), um *lobby* político iniciado e financiado pela *super star* dos *hedge fund*: Whitney Tilson. Segundo Brill, o então senador Obama estava presente na reunião fundadora dos DFER em 2005, que era patrocinada por um grupo de financistas e empresários de *charter schools*, alguns dos quais se tornariam, mais tarde, figuras-chave na derrocada financeira que estava por vir (Brill, op. cit., p. 131-132).

Os DFER foram explicitamente formados para criar uma cisão entre os democratas e os dois maiores sindicatos de professores, NEA (*National Education Association* – Associação Nacional para a Educação) e AFT (*American Federation of Teachers* – Federação Americana de Professores), cultivar um apoio político e desenvolver estratégias para instaurar uma reforma de mercado na educação pública. O fato de Obama ter sido indicado candidato democrata em vez de Hillary Clinton, a qual, inicialmente, tinha o apoio desses dois sindicatos, apenas fortaleceu os vínculos do

futuro presidente com o grupo dos *hedge funds* e dos DFER. Depois da vitória de Obama, os DFER produziram um documento estratégico memoravelmente intitulado "*Bursting the Dam*" ("romper a barragem"), que descrevia a eleição de Obama como a criação de "condições políticas sem precedente" para uma "reforma fundamental da educação pública" (DFER, 2010).

Brill descreve como ex-membros da equipe de Clinton, que ajudaram a construir o regime de testar e punir que desembocou na NCLB, foram contratados para guiar os DFER e como usaram vias internas de politicagem e *lobby* para introduzir no novo governo o que, até então, tinha sido uma agenda essencialmente republicana de escolha de escola, *charter schools*, testes e ataques contra os sindicatos. Alguns devem lembrar a campanha para substituir Linda Darling-Hammond, porta-voz de Obama para as questões educacionais e potencial secretária da Educação, pelo seu "compadre" de Chicago e CEO de escolas, Arne Duncan. Não foi apenas um dos primeiros grandes sucessos dos DFER. Foi também uma amostra da estratégia para compor todos os cargos-chave do Departamento de Educação e da Casa Branca com pessoas dos mundos das corporações empresariais, das fundações e dos *think-tanks* (grupos de reflexão) comprometidas como a agenda de reforma empresarial (Brill, 2011, p. 219-226).

Uma das citações mais irônicas do livro de Brill se deve ao bilionário dos *hedge funds*, Whitney Tilson, que escreveu: "a ideia atrás dos *Democrats for Education Reform* [é] que deve ser um trabalho interno" (ibid., p. 217).

A ironia não se limita apenas ao fato de que apresenta uma agenda republicana francamente antissindicalista e pró-privatização como um plano democrata para reformar a educação. O termo "*inside job*" (trabalho interno) também foi o título do documentário sobre a crise fiscal nos EUA que venceu *Waiting for Superman* como "melhor documentário", no último Oscar. Vale considerar os paralelos que os dois filmes sugerem entre prescrições empresariais para a reforma escolar e para a economia.

Um dos temas comuns usados pelos reformadores empresariais é o apelo constante para a "responsabilização". Brill queixa-se de que ensinar se tornou "uma ocupação em que o desempenho simplesmente não conta... Na verdade, não há outro emprego nos Estados Unidos onde o quanto você trabalha bem, o quão empreendedor você é, o quanto você se importa e o quão profissional você é não contam".⁵

Agora, esta é uma fantasia que tira a atenção da pressão constante que a maioria dos professores que conheço sente todo dia para se preparar para os seus alunos, enquanto tem de lidar com os apertos burocráticos vindos de cima. Contudo, revela bem a bolha em que autoproclamados peritos em políticas educacionais como Brill estão vivendo.

O elemento-chave para impor o tipo de responsabilização de que as escolas precisam, segundo Brill e os reformadores empresariais, é uma avaliação dos professores baseada em testes. Brill chega até o ponto de descrever o que chama de “descoberta” (que “um bom ensino é importante” e pode ser medido por resultados em testes padronizados) como “o início de uma inundação de trabalhos acadêmicos”, muitos dos quais são “financiados por um *nerd* obcecado por dados chamado Bill Gates”, os quais “reformulariam o debate sobre educação” e forneceriam “munições” para uma “rede crescente de reformadores” (Brill, op. cit., p. 77-79).

Os reformadores empresariais distorcem praticamente todos os aspectos desse assunto, como a confiabilidade das fórmulas de avaliação baseada em testes, as pesquisas sobre pagamento por mérito, as comparações de desempenho acadêmico dos alunos estadunidenses, o impacto da pobreza, sem falar dos argumentos esfarapados sobre uma suposta relutância dos professores em considerar o progresso dos alunos para avaliar escolas e professores.⁶

Entretanto, antes de olharmos para algumas dessas especificidades, é bom enfatizar que esta nossa sociedade nunca se deu muito bem com responsabilização. O filme *Inside job* (“trabalho interno”) – que, mais uma vez, não deve ser confundido com o cavalo de Tróia de Whitney Tilson para o *lobby* da reforma da educação –, por exemplo, lembra que “a crise financeira de 2008 custou a poupança, o emprego e a casa de dezenas de milhões de pessoas”, ao passo que “os homens que destruíram suas próprias empresas e mergulharam o mundo na crise saíram do naufrágio com as suas fortunas intactas”.⁷ Os arquitetos da crise, como Larry Summers e Timothy Geitner, continuaram nos altos escalões das tomadas de decisões. Virtualmente, ninguém dos maiores bancos e instituições financeiras foi alvo de processo criminal. Hoje, os lucros das empresas e os bônus dos altos executivos nunca foram tão altos na história do país (Rushe, 2011; Rampell, 2010; Sherman & Stone, 2010). Onde está a responsabilização?

Alguns desses mesmos membros da tripulação do naufrágio financeiro são hoje em dia honrados reformadores da educação. Leo Casey, militante sindicalista da cidade de Nova Iorque, recentemente observou que, entre os 10 americanos mais ricos segundo a Forbes, apenas um “não está engajado numa guerra política ativa contra os professores de escolas públicas e os sindicatos de professores” (Casey, 2011). Os outros estão investindo as suas fabulosas riquezas em campanhas em favor dos cheques-ensino, da expansão das *charter schools*, em grupos políticos que se autodenominam populares, como o autopromovido “*Students First*” (Primeiro os Alunos) da *ex-schools chancellor* (superintendente das escolas) de Washington, Michelle Rhee, e em esforços para acabar com as promoções por tempo de serviço e a estabilidade no cargo dos professores.

Do mesmo modo que o documentário *Inside job* mostra que os economistas acadêmicos – que planejaram e promoveram as teorias que desregularam os mercados financeiros e permitiram o saque de riquezas particulares e públicas – se aproveitaram diretamente dessas políticas, hoje em dia quase todo o mundo oficial das pesquisas no campo da educação e das análises políticas está na folha de pagamento da Fundação Gates (Barkan, 2011a).

O meu exemplo favorito, nesse grupo, é David Tepper, que mora numa cidade de Nova Jersey não muito distante da minha. Tepper gerencia um negócio chamado *Appaloosa Hedge fund*. Em 2009, em parte por causa do plano maciço de intervenção estatal para resgatar o setor financeiro, ele ganhou quatro bilhões de dólares enquanto gerente de *hedge fund*. Isto corresponde a 60% do total dos salários pagos aos professores no estado, os quais educam 850 mil alunos. Ora, por dois anos seguidos, o governador Christie vetou o imposto sobre as grandes fortunas e cortou um bilhão de dólares do orçamento estadual para as escolas, para que pessoas como David Tepper possam pagar menos impostos (cf. Leopold, 2010).

Enfim, no ano passado, Tepper seguiu o exemplo dos seus amigos bilionários Bill Gates, Eli Broad e Sam Walton e criou um grupo de reforma da educação chamado “*Better Education for Kids*” (Educação Melhor para as Crianças). Contratou o principal lobista do estado em favor do cheque-ensino como diretor executivo e começou a injetar milhões de dólares, que deveriam ter ido para o Tesouro público, em campanhas acintosas para promover o cheque-ensino, a ampliação das *charter schools*, para eliminar a estabilidade no cargo e as promoções por tempo de serviço e atacar o sindicato estadual dos professores (Wright, 2011). É assim que a criação de políticas públicas está sendo privatizada, estado por estado.

A economia está longe de ser a única área das políticas sociais em que a responsabilização praticamente não existe. George W. Bush jogou a nação numa guerra que matou centenas de milhares de cidadãos americanos e estrangeiros. Nenhuma responsabilização. O ex-vice-presidente Dick Cheney, que deveria estar enfrentando um tribunal de crimes de guerra por ter autorizado a tortura e outras violações da nossa constituição, está, antes, promovendo o seu livro. Onde está a responsabilização da *British Petroleum* pelo vazamento de petróleo no Golfo do México? Quem está sendo responsabilizado pela marcha rumo a um desastre planetário por causa das mudanças climáticas?

Essa ausência de responsabilização para os principais crimes sociais ensina lições muito diferentes sobre como nossa sociedade lida com responsabilidades para com diversos resultados sociais. E, francamente, está trocando da maioria das discussões sobre responsabilização na educação.

Esses mesmos políticos e pessoas que não aceitam ser responsabilizados por terem criado a distribuição de riqueza mais desigual da história do planeta, uma

economia que ameaça a saúde e o bem-estar de centenas de milhões de seres humanos, querem responsabilizar os professores pelos resultados dos seus alunos nos testes. E até querem usar instrumentos para tanto.

Os testes padronizados, que têm transformado os privilégios de raça e classe em mérito por décadas, viraram os “*credit default swaps*”⁸ do mundo da educação (ver CBS News, 2009; FairTest, 2012). Poucas pessoas realmente entendem como uns e outros funcionam. Ambos recomendam que se enfoque ganhos de curto prazo em vez de objetivos de longo prazo. Ambos estimulam um mau comportamento de quem responde por eles. Entretanto, esses testes padronizados e profundamente errados tornaram-se os principais instrumentos políticos para encolher o espaço público, impor sanções contra professores e punir ou fechar escolas.

Se os reformadores empresariais forem bem-sucedidos, os seus esquemas para avaliar os professores e as escolas de educação, de onde estes vieram, na base de outra nova geração de testes padronizados, vão fazer a praga de testes desencadeada pela NCLB parecer fchinha perto da deles. Agora mesmo, Nova Jersey, o meu estado natal, está se preparando para implementar o chamado “modelo de crescimento” desenvolvido no Colorado, onde, hoje em dia, estão aplicando a alunos da primeira série testes com perguntas de múltipla escolha sobre quadros de Picasso e usam os resultados para decidir o nível de remuneração e de estabilidade no cargo dos professores (Goldstein, 2011).

E no caso da pobreza? Existem poucas dúvidas de que a maioria dos professores concorda que pobreza não é desculpa para os fracassos escolares ou os péssimos resultados ano após ano; e muito do trabalho dos professores comprometidos com justiça social trata de provar que o potencial dos nossos alunos e comunidades pode ser concretizado quando as suas necessidades são atendidas e as nossas escolas e salas de aula refletem a realidade das suas vidas.

Contudo, as contradições que surgem do fato de se tentar promover mudanças positivas em meio a condições intoleráveis estão se aguçando. E nos atuais debates sobre reforma da educação, dizer que “pobreza não é desculpa” tornou-se uma desculpa para ignorar a pobreza. Os planos de reforma empresarial apresentados atualmente nada fazem para reduzir ou dissipar as altas concentrações de pobreza que continuam sendo o problema central da educação urbana (Khadaroo, 2010). Em vez disso, propõem reformas disruptivas que vão aumentar a instabilidade, especialmente em nossas comunidades mais vulneráveis, e criar novas formas de danos colaterais para alunos, professores, escolas e famílias.

Vamos nos deter um pouco no que a reforma empresarial realmente alcançou:

Primeiro, os reformadores empresariais escolheram o alvo errado. Não investiram contra as desigualdades de financiamento; não investiram contra a pobreza;

não investiram contra os modismos reformadores, o lucro abusivo dos consultores, a alta rotatividade dos professores, a gestão burocrática politizada, ou o uso excessivo e errôneo de testes. Antes, investiram contra as negociações coletivas, a estabilidade dos professores no cargo e as promoções por tempo de serviço. E investiram contra o caráter universal e democrático da educação pública.

Observemos de novo as questões que os reformadores empresariais transformaram em características proeminentes dos esforços de reforma escolar em cada estado: expansão rápida das *charter schools*, fechamento das escolas com maus resultados, aumento do número de testes, eliminação da estabilidade e das promoções por tempo de serviço para os professores e avaliação dos professores baseada em testes. Se todas essas políticas fossem plenamente implementadas em cada estado amanhã, não diminuiriam em nada as diferenças de desempenho acadêmico, não aumentariam as taxas de formaturas do ensino médio, nem expandiriam o acesso à universidade. Não existem provas vinculando qualquer uma dessas propostas a melhores resultados para muitas crianças ao longo do tempo (Ravitch, 2010). Os maiores ganhos em termos de redução das diferenças de desempenho e de oportunidades ocorreram em períodos em que a pobreza concentrada foi dissipada graças a esforços de integração, quando as comunidades com rendas mais baixas passaram por um crescimento econômico ou quando novos investimentos significantes foram feitos no financiamento de escolas, muitas vezes em resposta a campanhas populares para direitos civis e justiça social (Barton & Coley, 2010; Tavernise, 2012).

Contudo, os recentes colapsos financeiros reduziram o nível médio de riqueza das famílias hispânicas em dois terços e o das famílias afro-americanas e asiáticas em 50% (Kochhar, Fry & Taylor, 2011). Hoje, mais de 46 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, o que é um recorde desde que esses dados começaram a ser registrados, em 1959. Vergonhosamente, a taxa de pobreza infantil está em 22%, e o dobro em muitas comunidades pobres, uma das mais altas taxas no mundo desenvolvido (Tavernise, 2011; Unicef, 2000). Trezentos mil professores foram demitidos nos três últimos anos (United States of America, 2011). Na cidade de Nova Iorque, supostamente um dos modelos nacionais da reforma empresarial sob a administração do prefeito Bloomberg e do ex-reitor Joel Klein, o qual, hoje em dia, é um empresário no ramo da educação digital para Rupert Murdoch, o número de alunos por sala de aula é o maior da década. Mais de sete mil salas de aula têm mais alunos do que o previsto pelos limites legais (Phillips, 2011). Nacionalmente, dois terços dos distritos que responderam a um questionário disseram que estão aumentando o número de alunos por sala de aula neste ano (MetLife, 2012). E tanto o secretário Duncan como o seu amigo Bill Gates estão viajando pelo país afora para recomendar aos distritos que poupem dinheiro, aumentando o número de alunos por sala de aula e expandindo as salas de aula virtuais para fechar salas presenciais (cf. United States of America, 2010).

A única coisa que as políticas de reforma empresarial das escolas estão conseguindo é introduzir políticas antissindicalistas de guerra de classes no setor público e, mais particularmente, nas escolas públicas. De fato, ao desabonar, ao demonizar professores e sindicatos e ao polarizar intensamente o debate sobre educação, a reforma empresarial está solapando sérios esforços para melhorar as escolas. Além disso, estreitou o consenso ao erodir o amplo apoio público de que um sistema universal de educação pública precisa para sobreviver.

De fato, existe muito consenso, por exemplo, quanto à necessidade para melhorar o apoio aos professores e a sua avaliação. A maioria dos educadores, pais e até mesmo gestores concordam que deveria haver melhor preparo e avaliação antes que professores novos conseguissem a estabilidade no cargo (ou deixassem a profissão, uma vez que até 50% o fazem antes de cinco anos na profissão) (Di Carlo, 2011), e que deveria haver procedimentos razoáveis e oportunos para resolver audiências administrativas sobre estabilidade no cargo, quando são instauradas, e um processo de intervenção confiável para remediar a situação e, se necessário, remover professores ineficientes, quer tenham ou não estabilidade no cargo.

Entretanto, os reformadores empresariais, com os seus desabonos, têm realmente solapado os esforços para promover a qualidade dos professores. Desprenderam a questão de qualidade dos professores das condições que a moldam. As suas propostas estão provendo as nossas escolas mais desafiadoras com novatos ou *TFA temps* (professores interinos para crianças afro-americanas), que se destinam a outras carreiras após alguns anos de experiência que vem enriquecer o seu currículo. Gastam-se centenas de milhões de dólares em sistemas de dados e testes planejados para substituir a cultura profissional colaborativa e os líderes docentes experimentados por uma espécie de astrologia psicométrica. Essas fórmulas guiadas por dados carecem tanto de credibilidade estatística, quanto de um entendimento básico das motivações e relações humanas que possibilitam uma boa escolaridade. Esses ataques contra a profissão estão levando professores experientes ao desespero, à aposentadoria ou à raiva. A reforma empresarial não está elevando, mas desmantelando a profissão docente.⁹

Uma das imagens mais desonestas que está se tornando a favorita dos reformadores empresariais é a oposição entre os interesses dos “adultos” e das “crianças”. A sua retórica contrapõe categoricamente os interesses dos professores e dos seus sindicatos aos das crianças. Houve vezes, de fato, em que esses interesses divergiram e os nossos sindicatos não têm defendido apropriadamente os interesses das famílias e comunidades que atendemos. Contudo, essa mesma retórica nunca questiona os motivos adultos dos piratas dos *hedge funds*, dos consultores, das fundações privadas, dos especialistas ou dos políticos que, de repente, se tornaram defensores dos pobres. Apenas nos EUA, bilionários poderiam liderar uma campanha

para privatizar e dismantelar o que, provavelmente, é a mais inclusiva instituição democrática que ainda temos, maquiando-a como um movimento altruísta em favor dos direitos civis.

A “reforma disruptiva”, que os reformadores empresariais alegam ser necessária para chacoalhar o *status quo*, está aumentando a pressão sobre cinco mil escolas que atendem as comunidades mais pobres numa época de crise econômica e cortes orçamentários sem precedente. O último plano de isenções da lei federal NCLB, anunciado no outono passado pelo secretário Duncan, pode realmente aumentar essa pressão. Enquanto acaba com o sistema absurdo da NCLB chamado de *Adequate Yearly Progress* (AYP – Rendimento anual adequado) no exato momento em que estava por se autodestruir, a nova diretiva exige que os estados que pedem isenções identifiquem até 15% das suas escolas com os piores resultados para intervenções de “reversão”, que nunca foram provadas, caracterização ou fechamento. Essas políticas já estão causando devastação em áreas com altas concentrações de pobreza, populações de alunos com muitas necessidades e núcleos de escolas com dificuldades (Kowal & Ableidinger, 2011; Thompson, 2011).

Professores e escolas, que, no cotidiano, costumam ser os mais firmes defensores dos jovens com dificuldades e o sistema de apoio mais estável que encontram, são antes transformados em bode expiatório para uma sociedade que está produzindo o fracasso das nossas crianças. Como disse Linda Darling-Hammond num discurso, no verão passado, “os nossos líderes buscam resolver os problemas dos pobres culpando os professores e as escolas que tentam atendê-los” (apud Strauss, 2011a). Ao mesmo tempo, estão dando aos pais “trigger laws”¹⁰ para que detonem as escolas que têm, mas nenhuma declaração ou garantia quanto ao que vai substituí-las (Bacon, 2011).

Então, onde está a esperança? Onde está o caminho para frente? Se a reforma empresarial está nos levando a uma “corrida à beira do precipício”, como dar meia-volta e seguir um caminho diferente? Vou tentar lhes mostrar algumas possibilidades.

Primeiro, cabe lembrar que a reforma empresarial repousa em premissas fundamentalmente falsas. Os reformadores empresariais não representam os interesses das comunidades pobres de pessoas de cor, nem mesmo, por sinal, das comunidades proletárias ou de classe média. E a reforma baseada em testes, que, hoje, há muito constitui o *status quo* na educação pública, é um fracasso retumbante segundo os resultados nos seus próprios exames (Resmovits, 2011).

Ora, como a realidade ainda conta – apesar da imagem distorcida que nossa mídia e os sistemas políticos projetam –, a reforma empresarial repousa em alicerces muito fracos de falsas reivindicações e políticas fracassadas. Mesmo com os seus

grandes recursos financeiros e a sua influência política, esse movimento não tem a menor condição de cumprir as suas promessas de uma educação melhor para todos e menos ainda nas nossas escolas e comunidades mais pobres e vulneráveis.

Os reformadores empresariais têm usado com sucesso as desigualdades profundamente arraigadas em nossa sociedade para elaborar uma narrativa enganadora de fracassos e introduzir a reforma de mercado na educação pública. Entretanto, como têm exagerado e prometido resultados e escolhas que não podem entregar, precisamos usar a sua retórica de responsabilização contra eles. Devemos exigir provas de que as suas políticas de reforma de mercado vão produzir resultados melhores para a maioria de crianças, e quando não podem apresentá-las, temos de usar a sua ausência para pressionar em favor da limitação ou da reversão das “reformas disruptivas” que buscam implementar. E quando as suas políticas falham num lugar, precisamos compartilhar aqueles resultados com o seu próximo alvo.

Parte desse trabalho consiste em defender a própria ideia de educação pública como bem comum contra a mitologia do livre mercado e do cada um por si. Um dos desenvolvimentos esperançosos que ocorreram no ano passado foi o surgimento de uma narrativa forte em oposição à linha empresarial dominante nas reformas. Quando Diane Ravitch emergiu como crítica proeminente da agenda da reforma empresarial, houve uma explosão de *blogs* políticos progressistas, análises e mídias sociais repudiando a panelinha empresarial. Professores *bloggers* muito lidos como Anthony Cody, Nancy Flanagan e “*teacherken*” Bernstein produzem um fluxo constante de refutações facilmente acessíveis da propaganda da “reforma” arraigadas na experiência de professores e escolas reais. Uma lista recente dos *tweeters* mais influentes sobre educação era liderada por Ravitch e incluía progressistas como Alfie Kohn, Mike Klonsky e Leonie Haimson entre os doze primeiros (Petrilli, 2011; Cody, 2011).

Alguns meses atrás, num surto de arrogância desinformada, o diretor de *Waiting for Superman*, Davis Guggenheim, publicou um convite, no *Huffington Post*, chamado “Professores, digam-me o que pensam” (junto com um vale-desconto para assistir ao seu filme que ridiculariza os professores, durante a *Teacher Appreciation Week* [Semana de Apreciação dos Professores]). O retorno foi páginas e mais páginas de comentários mordazes de pais e educadores. A melhor resposta talvez tenha sido a de um professor de educação infantil veterano que disse: “Senti-me pessoalmente ofendido pelo seu filme. A sua mensagem hiper-simplificada e antagônica tem me impelido a me tornar um militante da educação em tempo integral” (cf. *Rethinking Schools*, 2010).

Obviamente, esta é a chave. De fato, a força das ideias democráticas depende da habilidade das pessoas em organizar movimentos para implementá-las. Portanto, vou concluir com um exame rápido de alguns dos sinais esperançosos e tangíveis

da organização da resistência e das alternativas à agenda de reforma empresarial. Sem seguir uma ordem particular, eis dez sinais esperançosos de que a maré está virando contra a reforma empresarial:

Parents Across America (PAA – Pais em Toda a América) vem juntando pais ativistas experientes em Seattle, em Chicago, em Nova Orleans, em Nova Iorque, na Florida e em outros lugares numa voz crescente a favor de melhores políticas e programas educacionais. A paisagem difere em cada cidade, mas não existe trabalho mais crucial do que mobilizar os pais e construir uma aliança com professores para defender e melhorar a educação pública. Mesmo um pequeno grupo de pais militantes pode ter muita influência sobre os debates de reformas locais, quando se une aos educadores, líderes comunitários e outros. Se ainda não ligou para a PAA, faça-o.¹¹

O fluxo de respostas críticas ao filme de propaganda em favor das *charter schools* – *Waiting for Superman* (“À espera do super-homem”) – fez com que muitos professores descobrissem que não estavam sozinhos. A campanha “Não estamos esperando o super-homem”, da *Rethinking Schools*, atraiu dezenas de milhares de respostas de apoio e criou um arquivo de informações e recursos para conter a reforma empresarial que ainda está crescendo. Na cidade de Nova Iorque, o *Grassroots Education Movement* (Movimento das Bases para a Educação) produziu o documentário *The inconvenient truth behind Waiting for Superman* (“A verdade incômoda por trás de *Waiting for Superman*”), em resposta àquele filme, que serviu de bandeira para a organização e a discussão país a fora.¹²

A renovação da militância sindical dos professores. Dois sindicatos nacionais de professores – a *American Federation of Teachers* (Federação Americana de Professores) e a *National Education Association* (Associação Nacional para a Educação) – deram respostas essencialmente fracas e defensivas aos ataques políticos desses últimos poucos anos. Contudo, estão sendo pressionados por seus membros tanto quanto pela realidade a desenvolver respostas mais eficientes. Essa pressão inclui a eleição de líderes militantes de professores como Karen Lewis, em Chicago, e Bob Peterson, em Milwaukee. Anos a fio sem efetivamente mobilizar os seus afiliados ou dar respostas eficientes aos fracassos escolares em comunidades pobres têm abalado, e muito, a credibilidade dos nossos sindicatos quanto à sua competência para liderar a luta em defesa da educação pública. Entretanto, o seu papel não é menos crucial e ativistas começaram a reconstruir esse poder baseados em novas políticas e coalizões com as comunidades que as escolas atendem.¹³

A rebelião heróica do Wisconsin. O ataque do governador Scott Walker contra a educação pública e os direitos fundamentais dos trabalhadores desencadeou meses de protestos constantes em grande escala e uma ampla organização no inverno de 2011. Menos de um ano mais tarde, quase dois milhões de eleitores do estado de

Wisconsin haviam aderido a abaixo-assinados para rejeitar Walker e os seus aliados legislativos mais próximos. O próximo passo é uma eleição revogatória convocada para junho de 2012, a qual, em caso de sucesso, mandaria uma mensagem nacional a respeito do poder dos sindicatos organizados aliados a uma cidadania mobilizada para defender a democracia (Yates, 2012).

A derrota do SB#5 (Projeto de Lei n. 5 do Senado) em Ohio. Um projeto de lei antissindical foi repudiado de modo avassalador por 61% dos votantes em novembro passado. Na esteira dos sindicatos de professores e outras categorias, os eleitores do Ohio deram as costas à campanha extremamente bem financiada do governador do Ohio, John Kasich, e do bilionário de direita Koch Borthers. Como Wisconsin, Ohio mostrou que, eficientemente mobilizadas, as pessoas podem derrotar a dinheirama e obter significativas vitórias políticas (Fields, 2011).

Um movimento nacional crescente para recusar os testes padronizados. Esse esforço tem o potencial de mobilizar um grande número de pais e alunos na luta contra a praga dos testes. No início de abril, a *United Opt Out National* (“Recusa Nacional Unida”) organizou quatro dias de ações para “ocupar” o Ministério da Educação americano em Washington, em protesto contra o papel dos testes padronizados impostos pela reforma empresarial das escolas.¹⁴

O crescimento local dos grupos de professores militantes. Hoje em dia, grupos de professores a favor da justiça social atuam em Chicago, em San Francisco, em Milwaukee, em Portland, na cidade de Nova Iorque, em Los Angeles, na Filadélfia, em St. Louis, em Atlanta, em Boston e em outras cidades. Em alguns lugares, vários grupos trabalham juntos. A *Education for Liberation Network* (Rede para a Libertação da Educação: www.edliberation.org) – que organiza a conferência *Free Minds, Free People* (Mentes Livres, Pessoas Livres: www.fmfp.org) – é uma rede de educadores, jovens e ativistas comunitários dirigida por pessoas de cor e faz um excelente trabalho contra a via direta da escola para a prisão e em favor da organização dos jovens de questões de justiça social e de educação. Se existir um grupo de professores militantes na sua cidade, adira. Se não, inicie um.¹⁵

A marcha e a conferência *Save Our Schools* (SOS – Salvem as Nossas Escolas), em julho passado, refletiram tanto o crescimento quanto o potencial ainda não concretizado de uma voz dos professores forte, unida e nacional em defesa da educação pública e da profissão docente. A ofensiva das mídias em torno de *Waiting for Superman* e as batalhas, estado por estado, país afora, convenceram muita gente de que uma mobilização nacional era extremamente necessária. O projeto SOS, que soube usar as mídias sociais inteligentemente, refletiu o crescimento de uma narrativa forte contra a reforma empresarial. Esta incluiu o surgimento de Diane Ravitch como crítica proeminente da agenda da reforma empresarial e a prontidão de defensores

famosos e respeitados da educação pública para apoiar os esforços da SOS, inclusive Jonathan Kozol, Linda Darling-Hammond, Pedro Noguera, Angela Valenzuela, Nancy-Carlsson Paige, Matt Damon, entre outros. O evento teve um impacto maior do que as oito mil pessoas que compareceram. Enquanto SOS trabalha para colher o que plantou e sustentar um esforço nacional, grupos locais e estaduais estão crescendo com a energia das bases que este projeto ajudou a por em movimento.¹⁶

Occupy Wall Street. Centenas de movimentos de ocupação, país a fora, deram voz ao descontentamento borbulhante devido às profundas desigualdades sociais e econômicas que cercam as nossas escolas, ameaçam o planeta e impossibilitam a verdadeira democracia. Também nos lembraram o que é preciso para mudar as políticas e instituições que criam essas desigualdades: mobilização popular maciça, organização das bases e a revelação da verdade em todas as suas formas, velhas e novas. As lições duráveis do movimento de ocupação para os militantes da educação são que devemos levar o seu espírito democrático para nossas escolas, salas de aula e comunidades, e que qualquer esforço para recuperarmos as nossas escolas deve estar vinculado a esforços mais amplos de luta para a justiça social.¹⁷

Rethinking schools (Repensar as escolas) celebrou o seu 25º aniversário neste ano como voz das bases dos educadores militantes. No ano passado, *Rethinking schools* participou dos esforços para eliminar os materiais em favor das companhias de carvão¹⁸ dos nossos planos de aulas, defender o programa de estudos étnicos tão duramente conquistado em Tucson (Arizona), fornecer ferramentas para lutar contra os testes padronizados, ensinar a respeito do movimento de ocupação e arquitetar a oposição contra a reforma empresarial (Cf. *Rethinking Schools*, 2011).

Rethinking schools sempre buscou conectar diferentes esforços para criar salas de aula que sejam lugares de esperança e humanidade, com lutas mais amplas para a justiça racial e social. Nunca foi tão importante lutar nessas duas frentes.

Notas

1. N. do T.: Escolas financiadas com dinheiro público e administradas por um grupo particular de pessoas que promete a melhoria significativa da qualidade educativa dentro de um período que vai de 3 a 5 anos.
2. Education Law Center. Disponível em: <www.edlawcenter.org>
3. N. do T.: Em 1985, em um processo judicial impetrado pela ELC e conhecido como *Abbott v. Burke*, o Supremo Tribunal de Nova Jersey declarou que o governo estadual não estava cumprindo a sua responsabilidade constitucional de “fornecer a manutenção e o apoio a um sistema completo e eficiente de escolas públicas gratuitas”. Isto levou à criação de 31 distritos especiais conhecidos como “Abbot”.
4. Ver Darling-Hammond (2010) e Diplomas Count (2011).
5. Steven Brill, em entrevista no programa de rádio *The Diane Rehm Show*, em 16 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://thedianerehmshow.org/shows/2011-08-16/steven-brill-class-warfare/transcript>>

6. Sobre a confiabilidade da avaliação dos professores baseada em testes, ver a declaração feita por dez destacados especialistas em educação com *links* para pesquisas relevantes: <<http://www.epi-data.org/education/>>. Para o pagamento por mérito, ver Pink (2012); sobre as comparações do desempenho acadêmico dos alunos estadunidenses, ver Riddile (2010); e a respeito do impacto da pobreza sobre a *performance* dos alunos, ver Di Carlo (2012).
7. *Inside job*, documentário escrito, dirigido e produzido por Charles Ferguson.
8. N. do T.: Contrato que permite transferir a exposição ao risco de determinados produtos de responsabilidade de uma terceira parte entre outras duas partes (Fonte: <http://investionario.comyr.com/c/credit-default-swap-cds/>).
9. Para as críticas à confiabilidade da avaliação dos professores baseada em testes, ver os relatórios do *Economic Policy Institute* (disponível em: <http://www.epi-data.org/education/>), do *School Finance 101* (disponível em: <http://schoolfinance101.wordpress.com/category/test-scores-teacher-evaluation/>) e o artigo de Wayne Au (2010).
10. N. do T.: Literalmente, “leis gatilhos”.
11. *Parents Across America*. Disponível em: <www.parentsacrossamerica.org>
12. Sobre a campanha e o documentário, acessar os sites: <www.notwaitingforsuperman.org> e <www.waitingforsupermantruth.org>
13. Ver *Chicago Teachers Union* (www.ctunion.com) e *The Milwaukee Teachers Education Association* (<http://www.mtea.org/home.nws>). Ver também Weiner (2012).
14. *United Opt Out National* (<http://unitedoptout.com/event/we-endorse-occupy-wall-street-with-action/>)
15. Acesse: <teacheractivistgroups.org> ou envie e-mail para: <teacheractivists@gmail.com>. Ver também *Education for Liberation Network* (www.edliberation.org), *Free Minds, Free People Conference* (www.fmf.org) e *Teacher Activist Groups* (teacheractivistgroups.org).
16. *Save Our Schools* (www.saveourschoolsmarch.org). Para a cobertura dos eventos de julho da SOS, ver Strauss (2011b).
17. *Occupy Wall Street* (<http://occupywallst.org/about/>).
18. N. do T.: Em 2011, a *Scholastic* (responsável pelo *marketing* nas escolas) produziu materiais escolares incluindo documentos, mapas, cartazes, CD-ROMs e materiais *online* que elogiam a indústria do carvão, mas “esqueciam” de mencionar os seus lados negativos... Esse “pacote”, destinado aos alunos de quarta série, foi distribuído a 66 mil professores em cinco estados.

Referências

AU, W. Neither fair nor accurate: research-based reasons why high-stakes tests should not be used to evaluate teachers. *Rethinking Schools*, Milwaukee, WI, winter 2010. Disponível em: <http://www.rethinkingschools.org/archive/25_02/25_02_au.shtml>

BACON, D. Trigger laws: does signing a petition give parents a voice? *Rethinking Schools*, Milwaukee, WI, Fall 2011. Disponível em: <http://www.rethinkingschools.org/archive/26_01/26_01_bacon.shtml>

BARKAN, J. Firing line: the grand coalition against teachers. *Dissent*, New York, jun. 29, 2011b. Disponível em: <<http://dissentmagazine.org/online.php?id=504>>

BARKAN, J. Got Dough? How billionaires rule our schools. *Dissent*, New York, winter 2011a.

BARTON, P.E.; COLEY, R.J. *The Black-White Achievement Gap when progress stopped*. Princeton, NJ: Educational Testing Service; Policy Information Center, 2010 (Policy Information Report). Disponível em: <<http://www.ets.org/Media/Research/pdf/PICBWGAP.pdf>>

CASEY, L. *Class warfare*. New York: United Federation of Teachers, Sept. 22, 2011. Disponível em: <<http://www.uft.org/vperspective/class-warfare>>

CBS NEWS. 60 Minutes. The bet that blew up Wall Street. Aug. 27, 2009. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/2100-18560_162-4546199.html>

CODY, A. Are critics of corporate education “reform” winning the online debate? *Education Week Teacher*, Bethesda, MD, Dec. 28, 2011. Disponível em: <http://blogs.edweek.org/teachers/living-in-dialogue/2011/12/are_critics_of_corporate_refor.html>

DARLING-HAMMOND, L. Inequality on trial: does money make a difference?. In: DARLING-HAMMOND, L. *The flat world and Education: how America’s commitment to equity will determine our nation’s future*. New York: Teachers College Press, 2010.

DEMOCRATS FOR EDUCATION REFORM (DFER). *Bursting the Dam: why the next 24 months are critical for education reform politics*. Washington, DC: DFER, Oct. 29, 2010. Disponível em: <http://www.dfer.org/downloads/Bursting_the_Dam_Updated.pdf>

DI CARLO, M. Do half of new teachers leave the profession within five years? *Shanker Blog*, posted on Dec. 15, 2011. Disponível em: <<http://shankerblog.org/?p=4534>>

DI CARLO, M. Income and educational outcomes. *Shanker Blog*, posted on Jan. 19, 2012. Disponível em: <<http://shankerblog.org/?p=4781>>

DIPLOMAS COUNT. Beyond high school, before baccalaureate. *Education Week*, New York, v. 30, n. 34, Jun. 9, 2011. Disponível em: <<http://www.edweek.org/ew/toc/2011/06/09/index.html?intc=EW-DC11-FL1>>

EDUCATION LAW CENTER. *The history of Abbot v. Burke*. Newark, NJ: ELC, s.d. Disponível em: <<http://www.edlawcenter.org/cases/abbott-v-burke/abbott-history.html>>

FIELDS, R. Ohio voters overwhelmingly reject Issue 2, dealing a blow to Gov. John Kasich. *The Plain Dealer*, Cleveland, Nov. 8, 2011. Disponível em: <http://www.cleveland.com/politics/index.ssf/2011/11/ohio_voters_overwhelmingly_rej.html>

GOLDSTEIN, D. The test generation. *The American Prospect*, Apr. 4, 2011. Disponível em: <<http://prospect.org/article/test-generation>>

HESTER, T. Christie ‘wholeheartedly’ agrees with president’s education reform efforts. *New Jersey News Room/Star Ledger*, Apr. 20, 2011. Disponível em: <<http://www>>

newjerseynewsroom.com/state/christie-wholeheartedly-agrees-with-presidents-education-reform-efforts>

JOHNSON, F. The end of No Child Left Behind. *National Journal*, Education Experts Blog, Washington, DC, Oct. 17, 2011. Disponível em: <<http://education.nationaljournal.com/2011/10/the-end-of-no-child-left-behind.php>>

KARP, S. Superhero school reform heading your way. *Rethinking Schools*, Milwaukee, WI, Winter 2010. Disponível em: <http://www.rethinkingschools.org/archive/25_02/25_02_karp.shtml>

KHADAROO, S.T. Economic segregation rising in US public schools. *The Christian Science Monitor*, May 27, 2010. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/USA/Education/2010/0527/Economic-segregation-rising-in-US-public-schools>>

KOCHHAR, R.; FRY, R.; TAYLOR, P. *Wealth gaps rise to record highs between whites, blacks, Hispanics*: Report. Washington, DC: Pew Research Center, Jul. 26, 2011. Disponível em: <<http://www.pewsocialtrends.org/2011/07/26/wealth-gaps-rise-to-record-highs-between-whites-blacks-hispanics/>>

KOWAL, J.; ABLEIDINGER, J. *Leading indicators of school turnarounds*: how to know when dramatic change is on track. Charlottesville, VA: University of Virginia, 2011. (Public Impact Report). Disponível em: <http://www.darden.virginia.edu/web/uploadedFiles/Darden/Darden_Curry_PLE/UVA_School_Turnaround/Leading_Indicators_of_School_Turnarounds.pdf>

LEOPOLD, L. Why do we save billionaires, but not teachers? *The Huffington Post*, Apr. 30, 2010. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/les-leopold/why-do-we-save-billionaire_b_558213.html>

METLIFE. *The MetLife Survey of the American teacher*. New York: The MetLife, Mar. 2012. p. 7. Disponível em: <<http://www.metlife.com/assets/cao/contributions/foundation/american-teacher/MetLife-Teacher-Survey-2011.pdf>>

NATIONAL CENTER FOR FAIR & OPEN TESTING (FAIRTEST). What's wrong with standardized tests? *FairTest*, May 22, 2012. Disponível em: <<http://www.fairtest.org/facts/whatwron.htm>>

OTTERMAN, S. Lauded Harlem Schools have their own problems. *The New York Post*, New York, Oct. 12, 2010.

PETERS, S. Why I am not a defender of the 'status quo' in education. *The Huffington Post*, Feb. 4, 2011. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/sue-peters/why-i-am-not-a-defender-o_b_816547.html>

PETRILLI, M. All a-twitter about education. *Education Next*, Cambridge, MA, v. 11, n. 4, p. 90-91, Fall 2011. Disponível em: <<http://educationnext.org/all-a-twitter-about-education/>>

PHILLIPS, A.M. Union claims highest number of oversize classes in decade. *The New York Times*, New York, Sept. 22, 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/schoolbook/2011/09/22/union-claims-highest-number-of-oversized-classes-in-decade/>>

PINK, D.H. *Eight brief points about "merit pay" for teachers*. Feb. 16th, 2012. Disponível em: <<http://www.danpink.com/archives/2012/02/eight-points-about-merit-pay-for-teachers>>

RAMPELL, C. Corporate profits were the highest on record last quarter. *The New York Times*, New York, Nov. 23, 2010. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/11/24/business/economy/24econ.html>>

RAVITCH, D. *The death and life of the great American school system: how testing and choice are undermining education*. New York: Basic Books, 2010.

RESMOVITS, J. National testing push yielded few learning advances. *The Huffington Post*, May 27, 2011. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/2011/05/27/report-school-testing_n_868083.html>

RETHINKING SCHOOLS. Saving our schools from superheroes. *Rethinking Schools*, Milwaukee, WI, Winter, 2010. Disponível em: <http://www.rethinkingschools.org/archive/25_02/25_02_superintro.shtml>

RETHINKING SCHOOLS. Still fighting for all our children. *Rethinking Schools*, Milwaukee, WI, 25th anniv. issue, Fall 2011. Disponível em: <<http://www.rethinkingschools.org/ProdDetails.asp?ID=RTSVOL26N1>>

RIDDILE, M. Pisa: It's poverty not stupid. *NASSP Leading Schools Blog*, posted on Dec. 15, 2010. Disponível em: <http://nasspblogs.org/principaldifference/2010/12/pisa_its_poverty_not_stupid_1.html>

RISPOLI, M. Rove and Chris Christie discussed N.J. governor run while serving as U.S. Attorney. *NJ.Com*, New Jersey, Aug. 12, 2012. Disponível em: <http://www.nj.com/news/index.ssf/2009/08/karl_rove_says_gop_candidate_c.html>

RUSHE, D. Revealed: huge increase in executive pay for America's top bosses. *The Guardian*, Manchester, UK, Dec. 14, 2011. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/business/2011/dec/14/executive-pay-increase-america-ceos>>

SALTMAN, K. *The failure of corporate school reform: toward a new common school movement*. National Education Policy Center, Boulder, CO, Dec. 8, 2011. Disponível

em: <http://nepc.colorado.edu/blog/failure-corporate-school-reform-toward-new-common-school-movement>

SCIARRA, D. New Jersey Education Law Center director says state's schools among most segregated in country. *The Star Ledger/PolitiFact*, St. Petersburg, FL, May 19, 2011. Disponível em: <<http://www.politifact.com/new-jersey/statements/2011/jul/17/david-sciarra/new-jersey-education-law-center-director-says-stat/>>

SHERMAN, A.; STONE, C. *Income gaps between very rich and everyone else more than tripled in last three decades, new data show*. Washington, DC: Center on Budget and Policy Priorities, Jun. 25, 2010. Disponível em: <<http://www.cbpp.org/cms/index.cfm?fa=view&id=3220>>

SIROTA, D. The bait and switch of school "reform". *Salon*, San Francisco, CA, Sept. 12, 2011. Disponível em: <<http://www.salon.com/2011/09/12/reformmoney/>>

STATE OF NEW JERSEY. Department of Education. Chris Cerf. Trenton, NJ. Disponível em: <<http://www.state.nj.us/education/genfo/overview/bio.htm>>

STRAUSS, V. Linda Darling-Hammond: the mess we're in. *The Washington Post*, The Answer Sheet Blog, posted on Aug. 1, 2011a. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/blogs/answer-sheet/post/darling-hammond-the-mess-we-are-in/2011/07/31/gIQAXWSIoI_blog.html>

STRAUSS, V. The Save Our Schools march. *The Washington Post*, The Answer Sheet Blog, posted on Jul. 30, 2011b. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/blogs/answer-sheet/post/the-save-our-schools-march/2011/07/30/gIQAhf71jI_blog.html?wprss=answer-sheet>

TAVERNISE, S. Education gap grows between rich and poor, studies say. *The New York Times*, New York, Feb. 9, 2012. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/02/10/education/education-gap-grows-between-rich-and-poor-studies-show.html?pagewanted=all>>

TAVERNISE, S. Soaring poverty casts spotlight on 'lost decade'. *The New York Times*, New York, Sept. 13, 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/09/14/us/14census.html?pagewanted=all>>

THOMPSON, J. As school turnarounds strike out, try, try again. *The Huffington Post*, Jun. 5, 2011. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/john-thompson/no-joy-in-mudville-as-sch_b_870071.html>

UNDERWOOD, J.; MEAD, J.F. A smart Alec threatens public education. *Phi Delta Kappan*, v. 93, n. 6, p. 51-55, March 2012.

UNICEF. *A league table of child poverty in rich nations*. Florence, Italy: Unicef Innocenti Research Centre, jun. 2000. (Série "Innocenti Report Cards", Issue n. 1). Disponível em: <<http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/repcard1e.pdf>>

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Education. *The new normal: doing more with less – Secretary Arne Duncan's remarks at the American Enterprise Institute*. Washington, DC: U.S. Department of Education, Nov. 17, 2010. Disponível em: <<http://www.ed.gov/news/speeches/new-normal-doing-more-less-secretary-arne-duncans-remarks-american-enterprise-institut>>

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Office of the President. *Teacher jobs at risk*. Washington, DC: National Economic Council; Domestic Policy Council; President's Council of Economic Advisers; Department of Education, Oct. 2011. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/uploads/teacher_jobs_at_risk_report.pdf>

WEINER, L. Teacher unionism reborn. *New Politics*, New York, v. 13, n. 4, Winter 2012. Disponível em: <<http://newpol.org/node/579>>

WRIGHT, D. Get to know an EduScammer: David Tepper. *Daily Kos*, Jul. 18, 2011. Disponível em: <<http://www.dailykos.com/story/2011/07/18/995855/-Get-to-Know-an-EduScammer-David-Tepper>>

YATES, M.D. (Ed.). *Wisconsin uprising: labor fights back*. New York: Monthly Review Press, Jan. 2012.

Recebido em 2 de abril de 2012.

Aprovado em 25 de abril de 2012.